

CDU 312 (811)

DINÂMICA POPULACIONAL E SOCIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA¹

Luiz Antonio Pinto de Oliveira²

1 - Um Velho Assunto e Suas Novas Dimensões

A reflexão sobre a Amazônia, tal como a conhecemos hoje, atravessou vários momentos sob o impacto de distintas formas de percepção de sua realidade objetiva ou mítica. De fato, como ressalta Otávio Velho (1976)⁽¹⁾, “a não ser como mito e no curto período do auge da borracha, o Brasil e o mundo viveram quase como se a Amazônia não existisse”.

Dos séculos 18 e 19 emerge o depoimento dos cronistas, aventureiros e cientistas que a percorreram, auscultaram, diagnosticaram e prepararam novos estágios de sua apropriação. A vida dos numerosos e dispersos grupos indígenas foi sendo revelada, em sua grande maioria por uma ótica colonizadora ou “racional”. Os contingentes populacionais mestiços, os caboclos e o campesinato ribeirinho foram igualmente identificados e progressivamente catalogadas suas atividades e descobertas. A partir de então, esses viajantes puderam classificar os primeiros recursos naturais e matérias-primas de um mundo aparentemente infinito.

Contudo, essa divulgação era extremamente restrita e, na trilha

¹ O presente texto foi apresentado no seminário “A Pesquisa Social na Amazônia: Avanços, Lacunas e Prioridades”, promovido pela FUNDAJ (DEPES/IESAM), Associação das Universidades Amazônicas (UNAMAS) e Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

² Diretor do Departamento de Estudos Populacionais e Indicadores Sociais (DEPIS) da FIBGE.

enunciada por Velho, pouco se disseminou em termos de conhecimento, nos principais centros nacionais de então, sobre a natureza, o meio e o homem dessa fantástica região. A Amazônia continuou sendo o território por excelência dos mitos, dos sonhos e da fortuna. Até o período das reformas pombalinas, em meados do século 18, o atual território amazônico correspondia, em sua parte já apropriada, a um Estado à parte do Estado Colonial Brasileiro, diretamente subordinado à metrópole lusitana.

O ciclo da borracha desvendou uma nova Amazônia. Ao lado dos mitos, fantasias, lendas e sonhos de enriquecimento rápido, inaugurou-se uma nova sociedade, opulenta para os padrões da época nas capitais e principais centros urbanos e ativa, organizada, expansionista nas imensas áreas dos seringais que avançavam do território paraense aos altos rios. Uma nova sociedade e uma nova geografia, com a consolidação da incorporação da Província do Amazonas e do norte matogrossense, incluindo o atual Estado de Rondônia e a incorporação de novos territórios, como o Acre, foram conseqüências inevitáveis do chamado surto gomífero.

Mas, à sua sombra, plasmou-se um novo quadro demográfico regional e sobretudo, configurou-se uma absolutamente original questão social. As centenas de milhares de imigrantes, em sua grande maioria nordestinos vivendo em condições semi-compulsórias de trabalho, subsistência e reprodução, constituíram a dramática evidência da perversidade social subjacente ao auge extrativista. A outra face da moeda eufórica da borracha ficou testemunhada em importantes depoimentos da época, como os de Cunha (1986) ⁽²⁾ e Cruz (1972) ⁽³⁾, ambos escritos nos primeiros anos do século. Mais tarde, uma vasta historiografia, depoimentos e romances revelaram as dimensões gerais desse processo, enfatizaram aspectos específicos e particulares, registraram exceções e aspectos contraditórios, enfim, fixaram o quadro econômico, social, cultural e político do ciclo da borracha na Amazônia.

Pode-se afirmar, sem maiores hesitações, que a sociedade emergente do período extrativista forneceu a senha para reflexão subsequente da questão demográfica e social na Amazônia durante algumas décadas. O período que se seguiu ao declínio do ciclo, quando desde a década de 20 a Amazônia retornou a um predomínio de relações econômicas e sociais ancoradas em formas agro-extrativistas de subsistência, foi sendo progressivamente resgatado, recomposta a trajetória social e econômica da população amazônica e levantadas as grandes questões acerca da herança do extrativismo na ideologia, cultura e organização social da região.

Até a década de 60, breves e episódicas conjunturas apenas arranharam a estabilidade letárgica do equilíbrio agro-extrativista e do

isolamento regional. A pedra de toque da transformação deu-se em função da política econômica do Regime Militar pós - 1964, que, comprometendo-se com um modelo de expansão acelerada das relações capitalistas internas, viabilizou estratégias de integração territorial à dinâmica central de acumulação econômica. Entre os espaços regionais incorporáveis a essa nova dinâmica, a Amazônia mereceu uma posição de destaque.

A operação Amazônica de 1966 deu partida ao projeto de atração de grupos empresariais sulistas e estrangeiros para ocupação de vastas glebas, e, em seguida, agências e projetos governamentais foram se estruturando para discriminar e regularizar o mercado de terras; incentivar a colonização pública e privada; financiar e subsidiar grandes projetos agro-pecuários, minerais e madeireiros; criar uma indispensável infraestrutura de estradas, comunicações e energia.

Desde logo, esse processo induziu a uma rápida e intensa mobilização demográfica, revolucionando padrões tradicionais de relação entre a população e a terra. Correntes migratórias social e etnicamente distintas adentraram a Amazônia Oriental, por um lado, e a Amazônia Ocidental por outro. Em poucos anos a questão social eclodiu com todo vigor, proliferando os conflitos fundiários, a expulsão das terras, o êxodo rural dos novos imigrantes e de antigos moradores (ex-seringueiros e ex-colonos), e, por fim, eclodiu na precoce inchação urbana e marginalização social.

A inserção amazônica na nova divisão interna e internacional do trabalho se, por um lado, foi um passo no sentido da contemporaneidade da questão social na região, por outro, fez aflorar e reproduziu um conjunto de fenômenos condizentes com o atraso secular, a espoliação, a ausência de direitos, a opressão e a exclusão, que se tornaram emblemáticas do padrão brasileiro de apropriação / redefinição das novas fronteiras de recursos.

O estudo, a reflexão e a análise da situação social das populações amazônicas deslocou-se gradualmente do enfoque extrativista e tradicionalista para os efeitos diversificados da onda da “modernização”. Por este caminho, a Amazônia despertou atenção da chamada comunidade acadêmica - regional, nacional e internacional -, de instituições públicas de planejamento e pesquisa, de entidades não governamentais e de pesquisadores e especialistas de diversos matizes.

Abstraindo os estudos e investigações de caráter mais historicista, descritivo ou memorialista referentes ao ciclo da borracha e seu declínio, é pertinente afirmar que a origem das pesquisas sociais na Amazônia confunde-se com o período de abertura da mesma ao grande capital nacional e internacional e aos processos migratórios desencadeados pela

mística de ocupação de uma fronteira de terras livres e oportunidades abertas.

A ênfase dos estudos e pesquisas recaiu, no campo social e demográfico, sobre a natureza e significado das correntes migratórias que aportavam à região; sobre a mobilidade do trabalho e as novas relações sociais na agropecuária, nos projetos de colonização, nos antigos seringais e outras formas de extrativismo, na mineração e sobretudo a partir da década de 80, no crescimento urbano, na favelização e na pobreza e marginalização. Pesquisas com base estatística, de âmbito local ou regional, complementadas por estudos de casos, reuniam material e elementos para caracterização da composição demográfica e dos atributos sócio-econômicos e culturais da população. Apontava-se o crescimento populacional, os processos de recomposição etno-demográfico, os atributos sociais, econômicos, demográficos, culturais e valorativo-ideológico de várias populações de inserção sub-regional.

Novos processos de industrialização/urbanização centrados no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus e no Pólo Minero-Metalúrgico do Pará, além da grande expansão do setor de serviços em Belém, geraram estudos e pesquisas inovadoras em vários sentidos. Assim, enfatizou-se a formação e reprodução da nova força de trabalho urbana na Amazônia; o impacto das transformações produtivas sobre a dinâmica sócio-demográfica regional; as condições de vida de segmentos específicos no espaço urbano em mutação (mulheres, crianças, migrantes, favelados, etc); a configuração da nova pobreza associada à natureza do capitalismo periférico e a marginalização social; a constituição e organização sócio-cultural das periferias urbanas e outras temáticas correlatas.

Como se percebe, a pesquisa social e populacional na Amazônia vem cuidando de uma agenda de investigação extremamente atual, identificada com a natureza, importância e significado dos processos e fenômenos crescentemente complexos que segmentam e aprofundam as contradições regionais. O objeto dos estudos, as seleções temáticas e os enfoques teóricos e metodológicos das pesquisas em geral, mostram-se bastante antenados com o “estados das artes” no Brasil como um todo, muitos deles buscando apreender com maior aprofundamento as peculiaridades e singularidades regionais.

No caso do uso dos instrumentos de investigação (o rigor operacional e estatístico-metodológico das pesquisas quantitativas) pode-se observar que nos últimos anos vêm sendo vencidas antigas barreiras que se interpunham à realização de levantamentos e pesquisas empíricas. Com efeito, até há algum tempo atrás, em meios acadêmicos e científicos locais, sentia-se uma objeção teórica e ideológica aos mecanismos

empíricos de pesquisa, vistos como formas de importação acrítica de linhas de investigação próprias a sociedades em outros estágios de desenvolvimento social e econômico. Presentemente, essa visão vem se modificando e a percepção da importância das pesquisas empíricas que conjuguem as características universais com as especificidades regionais é cada vez mais disseminada.

Nas próximas sessões procuramos classificar e destacar alguns pontos que consideramos como fundamentais na trajetória das pesquisas demográficas e sociais na Amazônia, apresentando seus enfoques e constatações, submetendo-as a uma análise reflexiva e até certo ponto crítica e propondo uma ênfase em agendas novas ou aprofundadas de investigação temática para a formulação de políticas públicas.

A respeito das políticas públicas, pretendemos no limite de nossas possibilidades, enfatizar questões novas do velho problema social na Amazônia, sustentando que uma das mais importantes dimensões da problemática social regional está associada à ausência ou omissão durante décadas do Estado enquanto provedor de políticas públicas de natureza social. Acreditamos ser esta uma situação de alcance nacional mas que na Amazônia foi exacerbada pela quase total ausência histórica do Estado assistencial e da prestação de serviços públicos, substituídos por redes patronais e mercantis de clientela. O discurso oficial ignorou essa dimensão, sustentando uma intensa e enganosa pregação sobre os benefícios das oportunidades da fronteira, dos incentivos econômicos ao grande capital e do trabalho livre dos pioneiros, colonos e imigrantes em geral. Nas sessões finais do presente texto, desenvolveremos nossas reflexões sobre tais dimensões, que agravam e potencializam a precariedade social dos principais centros urbanos amazônicos.

Por último, cabe referir que não é pretensão do texto esgotar a vasta bibliografia de estudos e pesquisas sobre a dinâmica populacional e social na Amazônia. Procurou-se apenas destacar alguns temas e autores que contribuíram para o conhecimento da realidade regional e que se inscrevem em linhas de investigação temática e teórico-metodológica aqui privilegiadas. Nesse caso, o autor do presente texto reconhece que, certamente, importantes autores e textos poderão ter sido inadvertidamente omitidos.

2- A Dinâmica Populacional e Social nos Anos 70 e 80: As Linhas de Pesquisa e o Retrato da Amazônia em Mutação.

A Amazônia foi durante várias décadas matéria de relatos impressionistas que cumpriram a tarefa de descrever a região, singularizar

as relações sociais existentes e destacar as várias faces da interação entre os homens, os recursos e a natureza simultaneamente pródiga e terrível.

Os estudiosos que ainda hoje lançam o olhar sobre a Amazônia do ciclo da borracha e também sobre os longos anos da estagnação após a decadência da economia gomífera, têm, como fonte indispensável de informações, esses relatos, disponíveis em livros, revistas, coletâneas de textos, etc. A verdadeira pesquisa social regional dos anos 20, 30, 40 e 50 deste século está em relatórios e excursões geográficas; comunicações de militares, diplomatas e enviados governamentais em geral; ensaios, historiografia, memórias e romances de escritores originários ou não da região; depoimentos com variados graus de reflexão de membros da elite local, profissionais liberais e homens públicos com vocação humanista.

É longa a lista de obras desses precursores impressionistas e factuais da pesquisa social na Amazônia. O arrolamento de informações e a descrição do quadro social, econômico, geo-ambiental e étnico-demográfico é substancial, fornecendo matéria inesgotável para reflexão, pesquisa e indagação aos estudiosos que procuram reconstituir a formação social regional. Há, naturalmente, um visível desbalanceamento entre as obras, fruto do maior ou menor espírito reflexivo e investigativo de cada autor e do objetivo restrito ou amplo de interesse dos mesmos. Contudo, em época onde as ciências sociais apenas engatinhavam nos principais centros acadêmicos das regiões mais desenvolvidas do País, outra não poderia ser a natureza da produção de conhecimentos da região.

Em nota de referência, destacamos alguns desses textos publicados em períodos e épocas distintas, esclarecendo que, conforme a organização da presente comunicação, não nos deteremos especificamente sobre a análise dos estudos e pesquisas no período anterior aos anos 60⁽⁴⁾

O intenso e rápido processo de transformação que vai permear a Amazônia nas décadas de 60 e 70, com uma margem temporal de defasagem, é contemporâneo da afirmação e desenvolvimento das ciências sociais em geral no Brasil. Mais que isso, trata-se do nascimento de um arsenal de instrumentos teóricos, conceituais, metodológicos e operacionais que, postos à serviço da investigação social, permitem reinterpretar a história e a sociedade local, mensurar aspectos passíveis de apreensão quantitativa, estabelecer nexos, correlações e rupturas, enfim, inserir a Amazônia no contexto da pesquisa e análise sob formas modernas.

As novas formas de ocupação demográfica e econômica da Amazônia engendraram perturbadoras mudanças e conflitos no até então relativamente estável equilíbrio das relações sócio-econômicas e dos padrões demográficos. A definição dos instrumentos de políticas na segunda metade dos anos 60 propiciou a arregimentação de recursos

suficientes para arrancada de um vigoroso processo de apropriação da nova fronteira agrícola, segundo a percepção dos formuladores políticos do regime militar e de diversos grupos do Centro-Sul.

O início dos anos 70 testemunha a penetração de frentes demográficas e econômicas pelas diversas portas de entrada da Amazônia. Como os tempos são outros, há uma nítida distinção nas formas concretas de entrada na região. Por um lado, as frentes demográficas, constituídas fundamentalmente por contingentes migratórios de origem rural em diversas regiões do País, fazem os percursos clássicos de avanço - contínuo ou por etapas - desde áreas da Região Nordeste para a Amazônia Oriental até o aprofundamento de frentes anteriores provenientes do Sul e do interior de São Paulo e Minas que subiam em direção ao noroeste brasileiro, passando por Mato Grosso. Nos anos 60 e 70 foram centenas de milhares de migrantes que percorreram esses caminhos, em busca de terras livres, projetos de assentamento e pequenas e médias fazendas.

Em relação às forças propriamente econômicas, no sentido de detentoras de capitais e expressão jurídico-política, as formas de entrada foram substancialmente distintas, inclusive em comparação com formas anteriores de sobreposição de frentes capitalistas sobre a ocupação inicial por parte de frentes camponesas. A preferência pela ocupação chamada empresarial privilegiou os interesses potenciais de grupos financeiros, industriais e agropecuários que vislumbraram nos incentivos fiscais, na legislação creditícia, nos financiamentos subsidiados, na regularização de terras e na montagem institucional de infra-estrutura física de apoio, motivos sólidos para apropriação de milhões de hectares por quase toda a Amazônia. Nesse sentido, freqüentemente, a acumulação de terras por grandes grupos do Centro-Sul e estrangeiros antecedeu a chegada de diversas frentes demográficas. Além disso, em função da insolvência e desestruturação de antigas áreas de extrativismo e colonização agrícola, sobretudo seringais e castanhais, diversos grupos econômicos adquiriram, a preço aviltado, enormes extensões de terras onde anteriormente residiam várias gerações de seringueiros, castanheiros e produtores autônomos.

Em poucos anos a aventura da fronteira amazônica revelou sua face socialmente perversa, e, em algum tempo mais, o próprio modelo econômico de ocupação foi questionado, reconhecendo-se o baixíssimo retorno, os custos administrativos e institucionais e a degradação ambiental.

Diante desse quadro extremamente dinâmico e conflitivo, que contrastava fortemente com a estagnação e isolamento de mais de meio século, a Amazônia viu-se, de súbito, como foco de interesse de pesquisadores regionais, nacionais e estrangeiros. O processo demográfico, a ocupação fundiária, as minorias étnicas, as características

ambientais, os recursos florestais, as políticas públicas e os contornos de uma nova sociedade permeados por graves conflitos sociais e políticos, a fronteira em mutação, enfim, foram se tornando objeto de um crescente interesse de pesquisadores e estudiosos.

Em termos de centros de pesquisas, universidades e instituições públicas situadas fora da Amazônia, o grau de interesse foi notavelmente elevado até meados da década de 80, decaindo após, com exceção das pesquisas ecológico-ambientais que mantiveram um ritmo mais elevado. Tal refluxo muito provavelmente acompanhou o reflexo das políticas públicas nacionais de desenvolvimento da Amazônia, as quais entraram em crise terminal nos anos 80, fundada na crise financeira do estado e no esgotamento do modelo incentivado de ocupação. No âmbito da própria Amazônia, especialmente no Pará, a segunda metade da década de 80 registrou uma aceleração do esforço interpretativo local, gerando um importante conjunto de pesquisas e estudos voltados para a identificação da realidade regional concreta.

No que toca à pesquisa populacional e social na Amazônia, o período que abrange as décadas de 70 e 80 foi extremamente produtivo em termos de elaboração empírica, definição de objetos de pesquisa e formulações descritivas e analíticas.

A ênfase inicial dos pesquisadores e analistas - institucionais ou autônomos - recaiu sobre alguns eixos temáticos que foram sendo naturalmente privilegiados. Dentre estes, cabe destacar para consideração, aqueles relacionados à dimensão do fenômeno migratório para Amazônia, os que enfocavam os grandes projetos, os conflitos fundiários e o êxodo e aqueles que procuravam discutir em linhas mais gerais e com novo grau de abstração teórica, o papel da fronteira, sua expansão, sua natureza e significado no âmbito do capitalismo moderno.

Posteriormente, nos anos 80 e com particular ênfase na segunda metade da década, o sentido que o movimento de ocupação e integração da Amazônia revelara, propiciou o surgimento de novos temas como a retração da fronteira agrícola, o crescimento urbano, a marginalidade e exclusão social, a industrialização da Zona Franca de Manaus e da província mineral do Pará, a questão ambiental e as formas de organização econômica e social de grupos demográficos específicos.

Do ponto de vista estritamente demográfico, o interesse pelos fluxos e correntes migratórias atraiu uma significativa atenção dos pesquisadores, despertados pela multiplicidade de contingentes demográficos envolvidos, alguns com características culturais e sócio-econômicas bastante distintas. É consideravelmente vasta a produção analítica e de pesquisas a este respeito⁽⁵⁾.

Duas foram as principais vertentes, em alguns casos combinadas,

das pesquisas sócio-demográficas então desenvolvidas. Uma linha privilegiou os resultados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980, trabalhando não só com dados divulgados, como buscando dados originários de tabulações especiais. Barcelos e Costa (1989), por exemplo, elaboraram importantes referências quantitativas que revelam a intensidade dos principais fluxos e características sócio-econômicas dos contingentes populacionais envolvidos. As duas pesquisas do CEDEPLAR (1977, 1979) continham igualmente importantes considerações quantitativas acerca das dimensões e características do fenômeno migratório na Amazônia Oriental e Ocidental. A sistematização e classificação dos dados censitários, a nível de Amazônia, é ainda uma tarefa inconclusa, visto que a preparação e análise dos resultados são mais facilmente encontrados em estudos que abrangem o País como um todo e tratam as regiões a partir de uma perspectiva globalizante.

A investigação baseada em pesquisas diretas de campo foi muito utilizada durante a década de 70 e o início dos anos 80. Em geral, definia-se uma área geográfica de abrangência, que podia ser um município, uma sub-região ou uma Unidade Federativa, e operacionalizava-se uma pesquisa domiciliar amostral em geral combinada com estudos de casos e entrevistas selecionadas. As pesquisas de campo do CEDEPLAR em Marabá e Acre (CEDEPLAR 1977 e 1979) são exemplos dessa orientação, combinando pesquisa amostral com um amplo instrumental de entrevistas selecionadas e levantamento da situação sócio-econômica e institucional.

No âmbito da Universidade Federal do Pará, especificamente no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), no final da década de 70, desenvolveu-se um Programa de Pesquisa em Migrações na Amazônia Legal, envolvendo professores, pesquisadores e alunos do curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES). Esse programa possibilitou o desenvolvimento de pesquisas e estudos que foram efetuados em Manaus, Rio Branco, Soure e *surveys* específicos em outros municípios do Pará, Amazonas e Goiás (atual Tocantins).

A experiência do Programa de Pesquisa em Migrações foi consideravelmente frutífera, propiciando a organização de publicações que condensaram o esforço de estudiosos e pesquisadores, desenvolvendo um corpo coerente de conceitos, doutrinas, metodologias e análises concretas que evidenciaram aspectos gerais do processo e fenômenos particulares. Em alguns casos utilizou-se o recurso dos chamados dados secundários, principalmente Censo Demográfico, mas o grande empreendimento foi centrado na realização de pesquisas de campo, operacionalmente estruturadas. O enfoque adotado baseou-se em metodologia de obtenção de dados migratórios (Aragon e Mougeot, 1986, capítulo 4 de autoria de Luiz Aragon), a partir da rede de parentesco

familiar e definição de “campos migratórios”. Os resultados obtidos revelaram características básicas dos atores do processo migratório.

Em relação ao município de Manaus, Bentes (1983) desenvolveu uma aprofundada pesquisa, tendo como eixo a poderosa influência da Zona Franca, levantando as interrelações entre processos demográficos e sócio-econômicos, a partir da linha de investigação proposta por Aragon e Mougeot (1983, 1986).

Ainda em relação à Manaus, na segunda metade da década de 80, a Fundação Joaquim Nabuco realizou uma ampla pesquisa de campo, de caráter multidisciplinar, que forneceu um vasto elenco de informações sócio-demográficas. A pesquisa adotou a conceituação clássica de fluxos migratórios, procurando identificar a mobilidade segundo o local de nascimento, procedência, situação urbano/rural e atributos sócio-econômicos e demográficos associados (FJN, 1988).

Por último, em relação ao tratamento da questão migratória na Amazônia a partir de dados censitários, cabe referência ao trabalho realizado por Barcelos e Costa (1991), que utilizando séries censitárias e notadamente o Censo Demográfico de 1980, reconstituiu diversos parâmetros da população amazônica, em termos sócio-demográficos e investigou um significativo conjunto de variáveis, contidas em 11 tabelas, referidas à mensuração de fluxos, espacialidade, temporalidade e características da população migrante.

Os trabalhos enunciados não dão obviamente conta do conjunto de estudos e pesquisas sobre o tema, mas são significativos das principais tendências observadas.

Uma outra temática sócio-demográfica intimamente associada aos movimentos populacionais cristalizou-se nas décadas de 70 e 80, objetivando a pesquisa, análise e avaliação dos chamados projetos de colonização⁽⁶⁾. Como se sabe, programas e agências governamentais na época do Regime Militar promoveram, mais em palavras do que em ações, ambiciosos projetos de colonização pública e além disso, incentivaram projetos de colonização privada.

Os projetos de colonização obedeceram a uma estratégia espacial concreta, que por sua vez estava condicionada a padrões sócio-econômicos e técnico-culturais de correntes migratórias específicas de determinadas regiões do País. Neste sentido, algumas áreas foram “preparadas” para a recepção de migrantes de determinada origem (Rondônia, norte de Mato Grosso) enquanto áreas do sul do Pará, por exemplo, foram imaginadas para atrair fluxos de migrantes nordestinos vistos como mão-de-obra potencial para grandes projetos incentivados, de outra natureza.

As pesquisas e estudos voltados para o tema, em geral, captaram a essência e o real sentido dos projetos de colonização e sua vinculação

com as condições demográficas e sócio-econômicas da população. Em termos operacionais e metodológicos, os enfoques foram positivamente diferenciados, tendo alguns privilegiado o trabalho de campo e o acompanhamento de casos, outros procurando estabelecer conexões com o sentido geral da acumulação e da expansão da chamada fronteira agrícola, enquanto um grupo de trabalho orientou-se para a combinação da pesquisa sócio-demográfica empírica com o desvendamento da lógica da colonização pública e privada.

Os trabalhos de Hebette e Acevedo (1979, 1982) estão entre aqueles que, a partir de estudos localizados em Rondônia e Pará, reconstituíram a trama social da atração e produção da população migrante que se inseriu nos projetos de colonização. Através de uma série de eventos encadeados, o texto decifra a lógica acumulacionista e os reais instrumentos políticos mobilizados pelas agências governamentais. As contradições entre população, reprodução social e modelo de colonização estão firmemente presentes nesses estudos e pesquisas.

Almeida (1984, 1992) fez um minucioso acompanhamento temporal, tendo como marco pesquisas em 1981 e 1991, objetivando uma pesquisa de caráter predominantemente microeconômico, em projetos de colonização oficial no Pará e colonização privada em Mato Grosso. A metodologia baseou-se na análise “custo-benefício” da colonização, incluindo a relação entre os recursos naturais e a taxa de retorno econômico. As conclusões levantadas apontam para as dificuldades da colonização, o avanço da pecuarização e a expulsão de colonos e população em geral.

Martine (1982) traça um perfil sócio-demográfico da ocupação da Amazônia, com ênfase na colonização. O desenho do quadro demográfico regional, no contexto de crescimento populacional, serve como pano de fundo para discutir a colonização, utilizando-se dados censitários e fontes secundárias. De certo modo, este trabalho aponta um tipo de discussão que, posteriormente, vai se deslocar para o significado demográfico e sócio-econômico da fronteira.

A pesquisa realizada por Turchi (1980) é uma das pioneiras na caracterização de Rondônia, então modelo e vitrine dos projetos oficiais de colonização. Coloca a colonização no contexto contraditório da expansão da fronteira agrícola, examina as características sócio-demográficas da população assentada e antecipa questionamentos e hipóteses que vieram a ser confirmadas nos anos seguintes.

O texto de Wood e Carvalho (1994), de fato elaborado em 1987/88, está encadeado por uma minuciosa análise de padrões demográficos brasileiros e regionais, sustentada por uma ampla disponibilidade de fontes estatísticas, indicadores e bibliografia pertinente. A colonização é

visualizada em função da fronteira demográfica e econômica, identificados seus limites e apontadas suas insuficiências em um contexto onde o ímpeto inicial dos projetos oficiais cedia lugar a uma lógica acumulacionista, em que a especulação e a apropriação de terras sobrepunham-se aos desígnios demográficos e sociais.

A progressiva desaceleração dos projetos de colonização, suas mutações, dinâmica interna e a nítida tendência especulativa e concentracionista que a fronteira amazônica vinha revelando desde a segunda metade dos anos 70, propiciou que, nos anos 80, se fortalecesse, no campo de pesquisa social, a ênfase na análise dos grandes projetos, da presença do médio e grande capital e das consequências sócio-econômicas, políticas e demográficas⁽⁷⁾.

Em diversos estudos e pesquisas na segunda metade dos anos 70, a presença da grande empresa, ou mais corretamente, da apropriação de terras por parte de grandes grupos, vinha sendo destacada como fator de desestabilização não só de relações econômicas e sociais pré-existentes como, também, das perspectivas de consolidação de frentes demográficas atraídas pela oferta abundante de terras.

Nos anos 80, generalizou-se a convicção de que efetivamente “a fronteira havia se fechado”, em termos de esgotamento relativo do potencial de oferta de terras para os grupos sócios-demográficos migrantes (trabalhadores em geral, camponeses, pequenos proprietários de extração regional diversificada). A constatação predominante era de que frentes especulativas, comandadas por frações capitalistas de significativo porte, haviam se apropriado de vastas áreas, ameaçavam outras e praticamente inviabilizavam um pretensível modelo de ocupação democrática da fronteira amazônica.

Hebette e Marin (1980) investigando os movimentos populacionais e o processo de ocupação de terras no eixo da estrada Belém-Brasília, realizaram um instigante trabalho de levantamento de informações, que resultou em um articulado esquema analítico. Por esta ótica, os movimentos populacionais na fronteira são vistos pela lógica da expansão das grandes fazendas, da pecuária e da especulação fundiária, condenando a população a processos permanentes de exploração/expulsão, característicos de uma força-de-trabalho transitória e de reserva.

Costa (1987) organizou uma coletânea de trabalhos realizados em 1983 onde identificou as linhas gerais dos grandes projetos na Amazônia e reuniu a contribuição de especialistas que discutiram a natureza, o significado da crise de financiamento público dos anos 80 e as consequências sociais sobre diversos setores e sub-regiões onde se instalaram grandes projetos. Os estudos empreendidos procuraram descrever o aparato legal-institucional dos projetos e seu impacto setorial,

regional e social, com base em documentação e estudos diretos. Em alguns artigos, estabeleceu-se nítida conexão entre os grandes projetos, o modelo de desenvolvimento regional e a natureza da fronteira agrícola, enfatizando-se o papel da migração e da divisão social do trabalho, enquanto produção/reprodução da força-de-trabalho para empreendimentos de caráter produtivo.

Martine (1987, 1991) vinha tratando dessa questão, especificamente, desde o início da década de 80 e nos textos referidos, desenvolveu ampla argumentação, alicerçada em dados censitários, pesquisas contínuas e fontes secundárias. A relevância dos grandes projetos como balizadores reais da ocupação da fronteira agrícola e os impactos sociais, demográficos e ambientais estão firmemente presentes nas análises, que articulam os movimentos populacionais e os dilemas sócio-ambientais com a lógica do fechamento da fronteira.

Tal discussão inevitavelmente trouxe à luz as indagações acerca do real papel da fronteira amazônica, a última fronteira segundo alguns, na dinâmica do desenvolvimento capitalista brasileiro⁽⁸⁾. Silva (1979), observando a natureza dos movimentos de ocupação fundiária nas principais sub-regiões amazônicas, incluindo parte do Centro-Oeste, já havia lançado a hipótese acerca do “fechamento da porteira” para os potenciais milhões de migrantes extra-regionais que não dispunham de terras ou buscavam novas e mais extensas que lhes assegurasse a reprodução familiar. Sawyer (1984, 1987) enfrentou a tarefa de fazer avançar o conhecimento teórico e conceitual sobre tal fenômeno, construindo um elaborado modelo de relações entre os movimentos populacionais, o papel do Estado, os determinantes estruturais e o papel da fronteira no processo de agro-industrialização no Brasil. Nesse sentido, as condições que engendraram o refluxo da fronteira na passagem dos anos 70 para os anos 80 já eram vistas como reflexo de determinações estruturais que conformavam espaços específicos de integração produtiva (grande parte do Centro-Oeste e nichos especiais na Região Norte), enquanto significativa porção da Amazônia debatia-se entre as fontes especulativas, a acumulação em moldes primitivos e os movimentos e conflitos internos dos vários fluxos demográficos. A fronteira amazônica era inacabada, em termos de ocupação democrática das terras e integração social e econômica positiva com o conjunto da sociedade e da economia nacional.

Becker (1988) estudou a significância contemporânea da fronteira, utilizando conceitos afetos a territorialidade e espacialidade, chegando a conclusões importantes sobre a segmentação espacial e social, apontando também para os limites de ocupação rural e os horizontes do espaço urbano na Amazônia.

A outra face da debilitação da fronteira agrícola enquanto receptora

e retentora de população e dinamizadora de novas relações sociais, revelou-se no crescimento, para alguns desordenado, de áreas urbanas regionais⁽⁹⁾. Oliveira (1985), ao fazer a reconstituição da evolução da população acreana, apontava para a tendência à periferação de um semi-campesinato urbano em torno de Rio Branco e, em escala mais reduzida, em Cruzeiro do Sul. Tratava-se de um movimento endógeno, fruto da expulsão de população há décadas praticando formas de agroextrativismo de subsistência em seringais, colônias e posses. A presença de migrantes atraídos pela marcha da fronteira era muito reduzida no Acre. A tendência direcionava-se para que expressiva parcela da população nativa de ex-seringueiros e colonos vivenciasse situações de “disfuncionalidade”, enquanto força-de-trabalho, em face dos limites da economia urbano-local.

Sawyer (1987) discutiu a urbanização da fronteira, ao lado de outros ensaios organizados por Lavinias. Trabalhando com dados agregados e informações de pesquisas localizadas, traçou um perfil integrado entre os movimentos populacionais desencadeados internamente pelo “fechamento da oferta de terras” e sua distribuição pelos principais centros urbanos amazônicos. Os processos resultantes como favelização, periferação, mobilidade repetida, transitoriedade e pauperização em geral foram analisados a partir da própria inserção dos migrantes em seus meios urbanos. O crescimento demográfico urbano surge nitidamente como uma questão social, econômica, cultural e ambiental, com grande potencial de agravamento crítico.

Abelém (1989) e Mitschein et alli (1989) investigaram, a partir de detalhadas pesquisas de campo combinadas com utilização auxiliar de fontes e dados secundários, situações concretas referidas aos impactos do crescimento urbano do município de Belém do Pará. No primeiro caso, estudou-se a questão da remoção dos “posseiros urbanos” e as condições de vida nos bairros das baixadas. A categoria de “posseiros urbanos” atinge a centenas de milhares de pessoas em Belém, refletindo a intensidade e complexidade de diversos fluxos migratórios em movimentos itinerantes desde o Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, etc.) passando pelo sul do Pará. Mitschein e outros (1989) pesquisaram esse universo sob a perspectiva da proletarianização passiva, onde “a dissolução das formas tradicionais de (re)produção para a grande maioria dos produtores diretos não se traduz em uma perspectiva de assalariamento no mercado de trabalho”. A análise da marginalização da população nos bairros periféricos de Belém abrange os limites do mercado de trabalho urbano onde esta população se integra debilmente e as condições de produção em subregiões do Estado, de onde ela é preliminarmente expropriada e posta em movimento.

A caracterização do crescimento urbano como espelho invertido do que deveria ser a expansão demográfica e econômica da fronteira agrícola,

traz à ordem do dia uma série nova de questões. A reconstituição do processo evolutivo da integração da Amazônia ao desenvolvimento capitalista do Brasil, realizada pelas pesquisas e estudos de natureza social e demográfica, mostrou-se capaz de desvendar os principais processos que progressivamente foram se interpenetrando, alterando e sucedendo nas diversas etapas de ocupação contemporânea da região. Suas limitações e insuficiências são próprias do grau de conhecimento até então acumulado e do “estado das artes” no trato das questões relacionados à dinâmica demográfica, poder público e áreas emergentes da fronteira agrícola.

O crescimento demográfico urbano, fruto da complexidade e perversidade social dos processos em curso, combinado com a consolidação de determinadas áreas e setores de desenvolvimento capitalista no conjunto da Amazônia, amplia consideravelmente o elenco de atores e instituições públicas e sociais que se enfrentam na região. A diversificação dos processos sociais, mesmo em meio à pauperização e exclusão social, é um corolário de tal dinâmica, fazendo emergir novas classes e grupos sociais, procedendo a ruptura de comportamentos e valores arraigados em realidades anteriores, estabelecendo novas instituições mediadoras das relações sociais, enfim, colocando em questão o papel da contemporaneidade da Amazônia em um estágio histórico-concreto das relações sócio-econômicas e institucionais típicas dos novos paradigmas da sociedade capitalista.

A questão contraditória da modernidade e finalmente, sua face mais obscura que envolve a pobreza e o abandono social, constitui a essência das novas dimensões do velho assunto da questão social e populacional na Amazônia. Na próxima seção procuraremos tratá-la de forma integrada, apontando os avanços da pesquisa demográfica e social nesta direção e indicando os caminhos e campos de investigação e reflexão que se fazem necessários ou recomendáveis.

3 - O Balanço da Modernização: Pobreza, Crescimento Urbano e Segmentação Espacial

O balanço dos anos 80 na Amazônia revelou aspectos consideravelmente contraditórios. As crises conjunturais, o esgotamento estrutural da capacidade de financiamento público e o abandono ou desaceleração de um conjunto de políticas setoriais e espaciais de desenvolvimento regional marcaram profundamente o ritmo e as prioridades da questão social e demográfica na Amazônia.

O arsenal de políticas públicas de incentivo à ocupação, integração e crescimento econômico regional sofreu drástica redução. Mais que isso,

generalizou-se a consciência de que tais instrumentos serviram a formas de acumulação econômica “selvagens”, onde a especulação, o desperdício e a ausência de inversão e indução multiplicadora foram comumente aspectos predominantes. Encerrado o ciclo do Regime Militar e de sua política dita de “interiorização do desenvolvimento”, a perplexidade instalada na região propiciou o avanço de novas reflexões sobre a natureza e perspectivas dos processos sociais e econômicos em curso.

A identificação dos principais fenômenos que afligiram a Amazônia e que tinham raízes nas políticas adotadas nas últimas décadas mas que também guardavam componentes próprias de reprodução autônoma, mostrou-se uma tarefa persistentemente enfatizada por diversos estudiosos e pesquisadores dentro e fora da região.

Um primeiro ponto, que mereceu importante consideração por parte dos pesquisadores, diz respeito às novas formas de produção, suas características sócio-econômicas, distorções e consequências. A ênfase dada a esta ótica justifica-se em função da alta prioridade que as políticas de “integração e desenvolvimento” da Amazônia deram ao objetivo econômico do crescimento. De fato, falar em políticas públicas na Amazônia equivale a falar de políticas de financiamento e incentivo direto, regularização de terras, legislação de exploração de recursos, enclaves industriais e ampla infra-estrutura física e institucional de apoio à produção, circulação e disseminação externa de bens, mercadorias e serviços. Nesse sentido, determinados resultados foram alcançados e a fisionomia econômica e social modificou-se imensamente em diversas áreas, embora os custos econômicos, institucionais e sociais tenham sido elevadíssimos, incompatíveis com o padrão e nível dos resultados obtidos.

Um estudo exploratório sobre a distribuição regional das grandes empresas realizado por Guimarães Neto (1993)⁽¹⁰⁾, revela que a participação das empresas da Região Norte no faturamento das mil maiores empresas industriais do Brasil elevou-se de 0,29% em 1975 para 3,2% em 1990. Em termos do total de empresas (indústria, comércio, serviço, agropecuária) a participação das mil maiores da Região Norte em relação ao Brasil cresceu de 0,4% em 1975 para 2,2% em 1990.

Sintomaticamente, o crescimento da indústria de transformação mostra-se mais significativo do que os demais setores, o que relaciona-se com os incentivos e financiamentos na Zona Franca de Manaus e no Pólo Minerio-Metalúrgico do Pará. Sobre este último, constituído por capitais públicos associados a grupos multinacionais, fortemente apoiado na disponibilidade de recursos naturais, dados arrolados por Jatene (1994)⁽¹¹⁾ informam que o mesmo contribuiu com 5% das exportações brasileiras em 1990, contra 1% da Zona Franca de Manaus. Aparentemente, os efeitos sobre a agropecuária, para onde foram destinados pródigos incentivos que

favoreceram grandes grupos em detrimento de uma ocupação democrática das terras, mostram-se bastante tímidos no cenário regional.

Os desdobramentos, em todos os níveis de organização social, do distorcido crescimento econômico induzido por políticas voltadas para o desenvolvimento de um modelo periférico de capitalismo, como foi dito, mereceram atenção especial de pesquisadores, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90. As novas linhas de pesquisa enfatizaram esses aspectos e, em alguns casos, levantaram questões decorrentes ou emergentes que atestam novos patamares das condições populacionais e sociais na Amazônia⁽¹²⁾.

Um importante grupo de pesquisadores discutiu o significado das transformações das relações de produção e seus impactos diferenciados na organização econômica e social. Nesse contexto, fez-se também um balanço crítico das políticas de modernização econômica, do papel dos projetos que beneficiam o grande capital, das frentes camponesas e das novas relações sociais de trabalho nas áreas atingidas pela industrialização incentivada. Os trabalhos de Castro e Hebette (1989), Castro e Acevedo (1989), IBASE (1990), Hebette (1991), Lena e Oliveira (1992), Loureiro (1992) e Figueredo (1993) inserem-se nessa linha ampla de investigação, alguns a partir de perspectivas conceituais e abstrações globalizantes e outros através de estudos de sub-regiões, setores ou segmentos sociais e demográficos específicos e significativos.

O relatório do IBASE é um bem documentado texto sobre a formação do Fundo de Incentivos da Amazônia (FINAM) e um estudo minucioso e numericamente detalhado dos resultados apresentados pelos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM. As constatações são de molde a repudiar a essência das políticas públicas de incentivos fiscais, apontando irregularidades, favorecimentos e estímulos à concentração fundiária, destruição ecológica e efeitos sociais danosos sobre a população migrante atraída e a população natural.

Os textos de Castro e Hebette (1989) e Castro e Acevedo (1989) analisam aspectos específicos de atuação dos grandes projetos financiados ou incentivados por políticas de desenvolvimento regional, além daqueles onde o grande capital nacional e multinacional fez-se presente diretamente. O pólo minero-metalúrgico do Pará e o eixo do Grande Carajás, incluindo as estratégias de infra-estrutura (porto, ferrovia, Barragem de Tucuruí e formas de atração/imobilização de mão-de-obra), surgem então como palco privilegiado de atuação dos "projetos modernizadores". O que os textos revelam é o conflito - latente ou explícito - por trás da modernização; o uso de recursos públicos para construção de impérios privados; a capacidade produtiva convivendo com a especulação, a predação e a arbitrariedade. As consequências políticas, sociais e demográficas são constantemente

abordadas nos textos que compõem essas duas coletâneas, evidenciando formas discriminatórias de organização do trabalho, atropelamento de direitos sociais, pressões sobre os produtores autônomos e o campesinato em geral, enfim, a coexistência entre empresas modernas e formas primitivas de exploração do trabalho.

A coletânea organizada por Hebette (1991) aprofunda essa discussão e acrescenta a situação de um outro grande projeto, o Polonoroeste. Lena e Oliveira (1992) organizaram um vasto painel dos resultados e realidades da expansão de fronteiras e desenvolvimento na Amazônia, abordando as transformações das populações regionais (nativas); a colonização; os sistemas de produção; os conflitos e os movimentos populacionais e as perspectivas/tendências. Os diversos ensaios reunidos enfatizam as dificuldades de “domesticação” da agricultura na fronteira, a expropriação e perda de identidade de diversos grupos sócio-demográficos e os conflitos e impasses sociais.

Dentro desta perspectiva de discutir o modelo de “modernização” da Amazônia e suas consequências, o livro de Loureiro (1992) oferece uma visão síntese, integradora das principais questões que dizem respeito ao papel do Estado, aos projetos de desenvolvimentos, às crises e às condições de vida da população. Suas reflexões sobre o Estado como entidade “ausente para prestar serviços, presente para distribuir favores” constituem uma verdadeira pedra de toque para decifrar as contradições profundas de uma sociedade regional em fase de urbanização forçada, como procuraremos examinar mais adiante.

Ainda em relação às políticas de desenvolvimento, o texto de Figueiredo (1993) contém um enfoque espacial destinado a situar os principais eixos/projetos no contexto de sua configuração geográfica específica, estabelecendo, por conseguinte, relações sócio-espaciais concretas.

A reconstituição analítica das linhas gerais dos projetos de inodernização da Amazônia tornou evidente os custos sociais dos mesmos e sobretudo, apontou para traços específicos que desvendam as relações sociais e demográficas surgidas e/ou transformadas no curso dos últimos anos.

Toca-se aqui a essência de fenômenos absolutamente novos em sua dimensão regional. À pesquisa social e demográfica abre-se um campo de novos desafios para mensuração/percepção/avaliação e análise das novas relações que se plasnam na Amazônia ou nas diversas Amazônias, respeitando as diversidades sócio espaciais.

A velha questão social e seu novo conteúdo, que discutiremos de uma forma mais elaborada na seção seguinte, encontra já seus intérpretes. pesquisadores e analistas na comunidade acadêmica, nos grupos

institucionais e em organizações não governamentais. Os primeiros passos para a configuração de um objeto definido de investigação já estão sendo dados e exemplos podem ser encontrados nos trabalhos de Spindel (1987), IDESP (1987), Martine (1992), Martine e Torres (1991), Oliveira (1992), Moura et alli (1993), Costa et alli (1993), Becker (1993), referidos na nota anterior.

De fato, tais pesquisas e estudos estão estritamente relacionadas com o desvendamento das condições sociais engendradas pelas políticas de desenvolvimento regional analisadas nos textos anteriores. A bibliografia pós-metade dos anos 80, como vimos, deu conta do balanço dos “projetos de modernização”, destacou sua segmentação espacial, setorial e sócio-demográfica e delineou o contorno de novas contradições e conflitos sociais emergentes.

Identificadas as determinações estruturais mais gerais que plasmavam as mudanças na organização social e na dinâmica demográfica, a pesquisa social e populacional passou a buscar a compreensão dos novos atores, seus padrões de reprodução social, suas condições de vida e trabalho, a situação de grupos sociais específicos e, de forma relacional, o papel das instituições e do Estado, sua responsabilidade e obrigações diante de contingentes populacionais despossuídos.

O esgotamento da fronteira e o ciclo vicioso em que milhares de migrantes se viram lançados é o assunto de Martine (1992), que utilizando alguns dados estatísticos e indicadores selecionados, oferece uma visão da produção de excedentes demográficos na fronteira, seus padrões específicos e a pressão social e demográfica que os mesmos vêm a exercer em diversas áreas urbanas. A vertente demográfica da questão social na Amazônia encontra um modelo explicativo convincente no referido estudo.

Spindel (1987) debruça-se diretamente sobre um dos novíssimos atores da modernização de ponta na Amazônia, qual seja, o novo proletariado industrial da Zona Franca de Manaus. As atividades ligadas ao setor eletro-eletrônico, dependentes de habilidades culturais que podem ser utilizadas nas linhas de montagem, são predominantemente exercidas por mulheres, na maioria dos casos jovens. Em uma região onde as condições de trabalho são precárias em todos os sentidos, a organização do trabalho nessas empresas baseia-se em normas legais, complementadas por benefícios e auxílios para refeições, transporte e assistência médica. Apesar dos níveis salariais não serem elevados, o proletariado feminino do Distrito Industrial tem uma situação de trabalho e cidadania superior à média dos trabalhadores assalariados da região. Contudo, a rotatividade na empresa é alta, sendo o tempo de vida ativa nas fábricas bastante reduzido. Os direitos sociais são obedecidos, mas a possibilidade de seguir carreiras nas empresas é reduzida, sendo a maioria das operárias jogadas ao desemprego depois

de um certo número de anos de trabalho. A reabsorção é extremamente difícil no setor. As análises e pesquisas de Spindel, em diversos pontos aprofundadas nos estudos de Moura et alli (1993) revelam, por conseguinte, os limites estritos de evolução social de um segmento demográfico ocupado em modernos setores industriais incentivados da região.

Os textos reunidos pelo IESP (1987) centram-se no papel do Estado na Amazônia, ressaltando através de seu histórico, o agravamento das condições sociais e a alienação de sua capacidade de determinação autônoma. A fragilidade do poder local e dos movimentos sociais está na origem da redistribuição populacional e da multiplicação de níveis urbanos sem uma rede institucional de poder consolidada. A fraqueza das políticas e instituições de proteção social é pontualmente assinalada nas consequências sociais e demográficas do Projeto Carajás e do pólo-metalúrgico.

Martine e Torres (1991), Moura et alli (1993) e Costa et alli (1993) empreenderam um notável reforço no sentido de buscar determinações mais próximas dos processos sociais da região, sem esquecer o quadro estrutural de referência. Assim é que, utilizando fartamente dados estatísticos e fontes secundárias, estabeleceram conexões concretas entre a oferta de serviços públicos e a situação de vida da população. Apesar de deterem-se especificamente sobre a situação das crianças e adolescentes, preocupam-se em contextualizar o grupo familiar, e a estratificação sócio-cultural. Em todos os textos nota-se uma ênfase na utilização de informações estatísticas e construção de indicadores, em uma escala até então pouco empregada nos estudos e pesquisas regionais.

Embora com algumas dificuldades pontuais no manejo de determinadas informações, fruto em geral de deficiências particulares do sistema estatístico de cobertura da Amazônia, os autores buscam o diagnóstico das condições de trabalho, escolarização, saúde, habitação e saneamento, através de cruzamentos entre a oferta de serviços e os níveis e características de utilização por parte dos grupos estratificados da população. A análise demográfica é frequentemente inserida nos textos, não só com a finalidade de caracterizar a evolução dos contingentes demográficos nos contextos espaciais, mas, de forma até certo ponto pouco explorada nos estudos amazônicos, buscando também a avaliação sobre os padrões reprodutivos, como a transição recente da fecundidade e as ligações entre a mortalidade, a morbidade e a transição epidemiológica regional.

Um dos grandes méritos desses textos é que, sendo operacionalizados a partir da caracterização das novas condições sociais estruturadas na Amazônia, são capazes de levar adiante a investigação sobre as determinações mais próximas, ou seja, sobre as mediações institucionais que as políticas públicas, notadamente as de natureza social, deveriam

exercer sobre a população. Neste sentido, tais pesquisas assumem uma discussão que já vem se firmando há alguns anos nos principais centros nacionais, que consiste na análise das políticas sociais e da oferta de serviços públicos - o sistema de bem estar social - e sua conexão com os níveis de pobreza e exclusão social.

A utilização de indicadores sociais e demográficos, fruto de uma manipulação mais refinada dos dados estatísticos e das pesquisas, é um outro sinalizador da contemporaneidade desses estudos e pesquisas. O uso frequente de estatísticas é um fator de fortalecimento da demanda e conseqüentemente de pressão para melhoria do sistema, em face de determinadas particularidades regionais que o constroem.

O texto de Oliveira (1992) é uma tentativa de reconstituição da evolução das políticas públicas na Amazônia sob a ótica das políticas sociais. Suas conclusões confluem para a caracterização da fragilidade e quase ausência das mesmas, o que agrava o potencial exarcebado de agravamento da precariedade social na região. O núcleo desta hipótese será incorporada à argumentação a ser desenvolvida na seção seguinte.

Por último, o trabalho de Becker (1993) é uma excelente síntese das questões até então tratadas, em uma reflexão que privilegia a ordenação do território, meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A incorporação da temática ambiental integra-se perfeitamente com as avaliações acerca da necessidade de enfrentar as prioridades para o equilíbrio demográfico e as condições de vida e trabalho.

As pesquisas que, a partir de meados dos anos 80, efetivaram um balanço do projeto de modernização da Amazônia, foram progressivamente se afastando das temáticas pontuais (expansão da fronteira agrícola, migrações, colonização, projetos agro-pecuários) e tendendo a assumir uma perspectiva integradora.

A ênfase nas conseqüências sociais acabou fortalecendo o uso interdisciplinar de dados estatísticos e fontes secundárias, o que trouxe à luz importantes informações sobre o estado social da população. A modernização, frequentemente perversa, das relações sociais, atualizou a discussão da temática urbana e colocou na ordem do dia as carências do sistema de oferta de serviços públicos e de proteção social. A exploração desta linha de trabalho, alicerçada em um meio mais amplo e disseminado de bases e metodologias estatísticas, é o que, em seguida, se propõe como um dos caminhos viáveis para os estudos e pesquisas sociais e demográficos na Amazônia.

4 - População e Sociedade da Amazônia: Notas de Análise e Agenda de Pesquisa

Após mais de um século da ascensão do ciclo da borracha, passando por sua decadência e pelo predomínio, durante décadas, de uma sociedade agro-extrativista semi-isolada, a modernização acelerada das últimas décadas coloca inevitavelmente uma questão que é contemporânea das sociedades onde as relações capitalistas se afirmam hegemonicamente: qual o papel e a natureza das políticas públicas na Amazônia?

A presença do estado (colonial ou nacional) na Amazônia foi débil durante séculos, limitando-se às expedições e povoamentos de caráter militarizado e à administração das rendas tributárias e alfandegárias, mormente durante o ciclo da borracha. Aos governos provinciais e municipais cabiam determinadas obras de infra-estrutura viária ou urbana, que executavam diretamente ou concediam concessões.

Isolada dos núcleos integradores da economia e da sociedade nacional, a Amazônia desenvolveu, também secularmente, formas originais de organização social e comunitária. As relações típicas da economia extrativista plasmaram a hegemonia de formas de "patronagem", estabelecendo relações de dependência econômica, social, cultural e psicológica entre as populações caboclas e os imigrantes nordestinos com comerciantes, seringalistas e proprietários em geral. O aviamento é a expressão concreta da rede de dependência criada, simbolizando um sistema de crédito - adiantamento de bens de consumo e instrumentos de trabalho - que durante muito tempo se identificou com a própria Amazônia. No auge do período da borracha, o aviamento funcionou como mecanismo de fixação semi-compulsória do trabalhador, imobilizado pelas dívidas intermináveis. Desde então, esse sistema foi associado à repressão e escravização disfarçada de trabalhadores isolados em áreas extrativistas.

Mas, findo o esplendor da economia gomífera, a patronagem e o aviamento foram assumindo formas mais suaves - que de resto já existiam anteriormente em áreas tradicionais amazônicas de ocupação anterior a aventura febril dos altos rios - traduzidas na constituição de clientelas, no sentido clássico. A fidelidade comercial do freguês pressupõe "obrigações morais que os patrões têm para com seus clientes em casos de dificuldades ...constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo (doenças, carestia, etc) em troca de uma relação comercial monopolista".⁽¹³⁾

O domínio mercantil, por conseguinte, estabeleceu uma rede informal de proteção social, em troca de exclusividade da comercialização dos bens agro-extrativistas produzidos nos núcleos de seringueiros, castanheiros, colonos, ribeirinhos, extratores diversos e outros, ligados em geral à vida

de povoados, vilas e pequenos centros urbanos de apoio.

Em que consistia essa rede de proteção? Em primeiro lugar, a partir dos anos 20, praticamente dissolveram-se alguns vestígios da fase “dura” dos seringais, sendo então possível, em toda a região, a construção de núcleos familiares de organização doméstica, trabalho e reprodução. Inaugurou-se assim um novo estágio demográfico regional, com o declínio da alta razão de masculinidade, uma tendência à distribuição mais homogênea por sexo e através das uniões, o surgimento de um regime de fecundidade e natalidade extremamente intenso. A fixação dos grupos familiares e a reprodução demográfica assegurou a organização de uma divisão social do trabalho à nível familiar, base da subsistência e comercialização de excedentes. O fato desses grupos familiares se constituírem em uma situação de abundância de terras e recursos extrativos, possibilitou um regime de reprodução social que viabilizou a existência de centenas de milhares de pessoas por todo o interior amazônico.

Iniciativas comunitárias e religiosas mantinham uma modesta oferta de serviços (escolas, associações, clubes) nas pequenas vilas e cidades, substituindo a ausência de poderes públicos na prestação de serviços. Curandeiros e pessoal com rudimentares conhecimentos de saúde exerciam uma medicina curativa de forte conteúdo empírico e artesanal. Os rios, as matas e o regime de chuvas equivaliam a sistemas naturais de saneamento ambiental, de resto favorecido pelas baixas densidades demográficas que obstaculizavam o contágio e a disseminação de infecções. Note-se que, apesar da espantosa frugalidade dos recursos médico-sanitários disponíveis, os níveis de mortalidade geral e infantil na Amazônia, desde as décadas de 30/40, situam-se em torno da média brasileira, por conseguinte, inferiores aos da Região Nordeste e de diversas áreas específicas de risco em regiões mais desenvolvidas do País.

Pairando acima desse quadro estrutural, a patronagem exercia o papel de proteção social em relação à sua clientela, quando as condições “naturais” acima descritas mostravam-se insuficientes. Nas palavras de Aramburu (1994) “a acumulação do comerciante há de servir para atender seus fregueses em momentos de dificuldades e perigos... Nesse sistema, os trabalhadores delegam ao patrão o poder de resolver as fatalidades. O patrão deve amparar os fregueses no caso de passarem por apuros como crise na produção, necessidade de dinheiro urgente. O poder patronal manifesta-se sobretudo na assistência a doenças, pois é nesses casos que as famílias estão mais vulneráveis e necessitadas de ajuda”.

Em linhas gerais, até os anos 60 e início dos anos 70, a realidade sócio-espacial da Amazônia era basicamente compatível com esse “modelo” descrito de organização social. A dinâmica reprodutiva intensa (taxas de fecundidade comumente superiores a 8 filhos por mulher em idade

reprodutiva) sustentava demograficamente a viabilização dos grupos familiares e os fatores econômicos e ambientais soldavam a rede de comunicação e proteção social. O resultado era uma sociedade bastante fechada, residualmente integrada à modernidade social, econômica e cultural, com débil dinâmica de mercantilização das relações sociais e com irrisória presença de políticas públicas patrocinadas pelo Estado Nacional e mesmo pelas administrações regionais.

A presença de políticas públicas mais generalizantes na Amazônia é bastante pontual. A batalha da borracha na 2ª Guerra Mundial ensejou algumas iniciativas, sobretudo no campo da infra-estrutura e da saúde pública (hospitais da Fundação SESP). As concepções de Vargas sobre a “marcha para o Oeste” e o papel que achava destinado à colonização e ocupação territorial, levaram-no em seu segundo governo, à criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), marco inicial do planejamento de políticas para a região.⁽¹⁴⁾ Os resultados, que esperava-se beneficiariam a infra-estrutura, produção agrícola, colonização, educação e saúde, com ênfase em necessidades sociais da população, foram descontínuos e residuais. Seu maior mérito foi apresentar, de forma integrada, um amplo diagnóstico sobre as condições de vida da população e as potencialidades do desenvolvimento regional.

Porém, o Regime Militar subverterá as tendências anteriores. Ao transformar o SPVEA em SUDAM, praticamente inverterá diversas prioridades, estabelecendo um planejamento tecnocrático e centralizador, que enfatizará a segurança nacional e a modernização econômica. As políticas públicas chegam à Amazônia, mas sua natureza e seus efeitos rapidamente se revelam muito distanciados das aspirações por melhores condições de vida de grande parte de sua população e simultaneamente, das expectativas e sonhos de centenas de milhares de migrantes atraídos pelas oportunidades da fronteira agrícola.

De fato, como as pesquisas e estudos copiosamente demonstraram, a ênfase quase absoluta das políticas públicas regionais no Regime Militar recaiu sobre os aspectos do crescimento econômico, entendendo-se como tal os subsídios, incentivos e financiamentos, viabilizados por uma rede de agências e projetos governamentais que asseguraram os recursos e a infra-estrutura.

O modelo concentracionista golpeou mortalmente os mitos sobre a democracia da fronteira. Ao invés de uma oferta abundante de terras livres onde centenas de milhares de famílias iriam constituir pequenas e médias propriedades, com apoio e assistência técnico-financeira, enfim, uma reforma agrária natural, surge o novo latifúndio. O espelho americano da fronteira igualitária e da ampliação da classe média rural rapidamente fez-se em pedaços e a imagem triunfante foi a de um acumulador primitivo de

riquezas, atavicamente ambicioso em sua modernidade extra-amazônica.

A Amazônia enquanto fronteira que se abria para redimir décadas ou séculos de injustiça agrária em áreas historicamente consolidadas do País, não resistiu à miragem da Transamazônica ou ao castelo de areia dos projetos de colonização em Rondônia. A capacidade de atração e retenção demográfica ficou muito abaixo de prognósticos otimistas do início dos anos 80. Os nordestinos sem-terra continuaram como tal na Amazônia e os sulistas “excedentes” do processo de modernização agro-industrial, embora mais exitosos, também lá não encontraram as almejadas “terras livres”.

O crescimento demográfico da Região Norte, embora notável em relação aos estoques populacionais pré-existentes, deve ser visto em sua dimensão relativa. Se é verdade que entre 1960 e 1970 o crescimento absoluto da população foi de 1,0 milhão de pessoas, na década seguinte passou para 2,2 milhões e na década de 80 atingiu a 3,4 milhões, mesmo assim, em 1991, seu contingente populacional em relação ao total do País não ultrapassava a 6,8%. Em 1960, correspondia a 3,7%. Crescimento substancial é verdade, mas não suficiente para defini-lo como extraordinário face à magnitude da população brasileira. Para fins comparativos, lembre-se que entre 1980 e 1991 o crescimento absoluto da Região Sudeste foi de 10,9 milhões de pessoas e o do Nordeste atingiu a 7,7 milhões de pessoas, contra os 3,4 milhões que corresponderam à Região Norte.

Do ponto de vista demográfico o crescimento da fronteira amazônica parece ter sido limitado, em parte, pelo “fechamento” da fronteira agrícola. Em relação à redistribuição interna porém, parcela significativa das migrações tendeu a se dirigir às áreas urbanas, de tal sorte que, se em 1960 elas detinham 37,4% da população total da Região Norte, em 1961 a proporção já se elevara para 59,0%. Entre 1980 e 1991, dos 3,4 milhões de crescimento absoluto da população regional, 2,6 milhões ocorreram nas áreas urbanas. O expressivo crescimento demográfico da Amazônia vem de fato acontecendo nas áreas urbanas, principalmente nos centros urbanos mais representativos.

Mas qual é realmente o espaço urbano que cresce? Dados do Censo de 1991 mostram o Amazonas com 190 mil pessoas residindo em favelas (contra 70 mil em 1980) e o Pará com 260 mil pessoas (contra 1 mil em 1980). As duas unidades federativas juntas tinham 9% da população favelada do Brasil em 1991. Pesquisas levadas a campo em Manaus indicam que metade da população da cidade vive em favelas e casebres fluviais (*Folha de São Paulo*, 26/06/1994). As condições não são distintas em Belém, Rio Branco, Porto Velho e diversos outros centros urbanos. Em suma, o crescimento é urbano, mas, em sua essência, quem realmente cresce é a pobreza. A demografia da fronteira amazônica tem particularidades notáveis, em função da diversidade de níveis e padrões reprodutivos de

populações com origens regionais e sócio-culturais distintas, mas, em sua expressão quantitativa, a densidade da pobreza urbana e rural é sua marca ostensiva.

Contudo, visto que a vocação democrática e redistributiva da fronteira não se concretizou, que não se criou um campesinato amplo, próspero e dinamizador do mercado (salvo em alguns núcleos espaciais) e que as correntes demográficas extra-regionais e contingentes naturais desenraizados se dirigiram para os centros urbanos, como teriam funcionado alternativas possíveis de políticas compensatórias?

De fato, muito pouco funcionaram e essa parece ser, como já assinalamos, a gênese da problemática social atual da Amazônia, sua face recém revelada.

Em primeiro lugar, o efeito da monetarização estimulada pelos projetos de modernização econômica foi destruturador em relação ao antigo sistema de proteção da clientela. O mercado encarregou-se de tornar impessoal grande parte das transações econômicas e o que poderia representar uma esperança no sentido de "novas possibilidades de implantação dos direitos e da cultura da cidadania que afastem o status anterior de semi-servidão" (Aramburu, 1994), parece esbarrar na omissão do Estado, na ausência de serviços básicos e nos vícios de uma estrutura de poder oligárquica.

Dito de outra forma, o sistema tradicional "privado" de proteção social na Amazônia, misto de clientelismo e constrangimento mercantil-assistencialista, entrou em agonia diante das relações impessoais de mercado. As políticas de desenvolvimento regional, em contrapartida, acabaram por se tornar declinantes, em consonância com o debilitamento da estrutura estatal de fomento e redução das desigualdades regionais. Este último ponto tem reflexos além da sustentação do próprio desenvolvimento.

Em termos ideais, as políticas de desenvolvimento estimulavam atividades produtivas ou terciárias que ampliavam a oferta de empregos. Ora, os sistemas de seguridade social no Brasil têm uma trajetória, desde as décadas de 30 e 40, estritamente ligada à formalização do mercado de trabalho, apesar das prescrições universalizantes da Constituição de 1988. Isto quer dizer que os direitos sociais do trabalho, incluindo aposentadoria, descanso remunerado, auxílio-doença, auxílio-desemprego e ocasionalmente, programas de alimentação e oferta de serviços de saúde e educação, estão "normalmente" mais acessíveis àqueles trabalhadores situados no mercado de trabalho regulamentado. Acontece que as pesquisas indicam claramente que as Regiões Norte e Centro-Oeste são aquelas que apresentam as mais baixas proporções de empregados com carteira assinada e contribuintes da Previdência Social. Reflexo do desenvolvimento capitalista insuficiente ou do tipo específico de capitalismo da fronteira.

não importa, o fato é que estruturalmente a população amazônica está proporcionalmente menos protegida pelos mecanismos de segurança social do “mundo do trabalho”.

E a oferta de serviços de natureza social, requisito básico de cidadania, há quantas anda na Amazônia? Os resultados não são absolutamente animadores, a julgar por informações que podem ser extraídas de algumas pesquisas.

A Pesquisa Assistência Médico-Sanitária (AMS) de 1992, por exemplo, informa que no Brasil, a proporção de leitos por mil habitantes era de 3,7, resultado em si já insatisfatório, pois a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o parâmetro de 5 leitos por mil habitantes. Contudo, a Região Norte apresenta somente 2,3 leitos por mil habitantes, o pior resultado regional. No Brasil, o número de consultas médicas por habitantes/ano foi de 2,1, sendo o índice da Região Norte, 1,0 consulta por habitante/ano, o mais baixo do País. Enfim, os exemplos citados atestam a plena insuficiência da oferta de serviços de saúde na Amazônia, sem sequer entrar no mérito de sua qualidade, resolutividade e distribuição intraregionalmente concentrada.

Em relação ao sistema escolar, a população escolar da Amazônia tem o pior desempenho em termos de adequação série-idade e progressão escolar. Assim, já aos 7 anos de idade, 36% dos alunos estão em série atrasada, somente entre a população urbana, segundo dados da PNAD-1990. A partir dos 10 anos de idade, mais de 70% estão atrasados e aos 13 anos mais de 92%. Informações para o período 1981/88, apresentadas em Jatene et alli (1993),⁽¹⁵⁾ revelam que de cada 1.000 alunos que entram na 1ª Série do 1º Grau na Região Norte, apenas 87 chegam à 8ª Série. A estrutura da rede de ensino, os baixos investimentos em instalações físico-pedagógicas e o custo médio por aluno que é a metade do custo médio nacional, explicam, em grande parte, as vicissitudes da oferta de serviços educacionais na Amazônia e o baixo aproveitamento do desempenho escolar.

Quanto aos serviços de saneamento básico, a situação é definitivamente patética. O Censo Demográfico de 1991 mostra, por exemplo, que nas áreas urbanas do Pará apenas 41% dos domicílios têm condições adequadas de esgotamento e 57% possuem água encanada, enquanto nas áreas urbanas do Amazonas os valores eram de 40% e 71%, respectivamente. Os níveis da Região Norte equivalem aos da Nordeste em esgotamento, mas são inferiores em termos de proporção de domicílios com água encanada. As deficiências sanitárias na região podem tender a impactar o quadro epidemiológico, a médio prazo.

Outros indicadores poderiam ser agregados para confirmar o quadro de precariedade e sub-dimensionamento da oferta de serviços de

atendimento às necessidades básicas da população. Concretamente, a fronteira amazônica representou uma aventura cujo pioneiro não foi a população, mas os grandes agentes econômicos. Para eles, políticas públicas ofereceram meios e condições para o crescimento, sustentando a retórica do desenvolvimento econômico. Para a população, migalhas de serviços e políticas de atendimento. A fronteira sob a égide do grande capital e da mercantilização indiscriminada não foi social e economicamente democrática. O Estado não procurou fazer sua parte de compensação dos desequilíbrios, justamente em uma região com longa história de omissão pública, onde a pobreza e a exclusão encontrariam certamente terreno fértil para crescer e multiplicar.

O poder local tem fortes raízes oligárquicas e durante muito tempo cuidou de proteger os interesses de antigas elites que viam seus privilégios ruírem diante da “modernização”. Nos últimos anos, com a democratização política, alguns segmentos buscam adaptar-se ao jogo eleitoral e às pressões políticas de atores organizados da estreita sociedade civil, encetando programas de políticas públicas, favorecidos pela reforma tributária da Constituição de 1988. É cedo ainda para avaliar se essas ações locais - Estados e Municípios - apresentam tendências coerentes no sentido de enfrentar, política e institucionalmente, as conseqüências sociais e demográficas dos processos vigentes nas últimas décadas. Em alguns casos, os poderes locais parecem interessados em dar continuidade própria a políticas de “desenvolvimento”, que pelo seu significado parecem destinadas a favorecer novos grupos econômicos no contexto regional, relegando para segundo plano políticas de bem-estar social.

Isto posto, as novas questões sociais dizem respeito ao papel que as políticas públicas e a sociedade devem exercer em uma sociedade desprovida, onde a lógica “privatista” e patrimonial da ocupação de uma fronteira em movimento deixou uma herança social trágica. O processo é desde logo irreversível, ou seja, é impensável o retorno às formas anteriores de organização social. Por esta ótica, assume-se a modernidade das transformações e reivindica-se um status democraticamente moderno à sociedade. Isto implica em definir e implementar os instrumentos existentes em sociedades de classes definidas, onde as políticas públicas e instituições governamentais e da sociedade civil tendem a exercer um papel relevante. Sobretudo, é necessário enfocar a pobreza vis à vis à obrigação de extensão dos direitos sociais da população.

Os estudos e pesquisas já estão, claramente, se encaminhando nesta direção. Em termos de produção de estatísticas, algumas dificuldades ainda persistem, sendo a principal delas o fato da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, um verdadeiro censo amostral de informações sociais e demográficas, não cobrir a área rural

da Região Norte. A comunidade científica regional, as entidades públicas e a sociedade interessada devem fazer-se presente na reivindicação pela superação dessa limitação, que é motivada pelos custos de operação na área rural da região.

As pesquisas domiciliares em geral, com seus modelos de questionários capacitados a investigar o mercado de trabalho e o status sócio-econômico e demográfico da população, já se mostram adequadas à apreensão da realidade social local, que nas últimas décadas transformou-se sob o impulso das relações sociais capitalistas e das atividades institucionalizadas, que são, justamente, os fenômenos mais facilmente mensuráveis nos inquéritos. As objeções a tais pesquisas, sob a argumentação da originalidade das relações sócio-culturais regionais, fazem hoje muito menos sentido do que há alguns anos atrás.

Assim sendo, considerando o retrospecto que fizemos das pesquisas e estudos e, sobretudo, a afirmação de novas questões sociais e demográficas que demandam linhas específicas de investigação, julgamos oportuno, para finalizar, apontar determinados eixos de pesquisa e análise que julgamos compatíveis com as necessidades atuais.

1 - A retomada de temas estudados desde as décadas de 70 e 80, agora que aprofundou-se exaustivamente a análise das consequências das políticas públicas de modernização econômica no campo e nas cidades, pode propiciar linhas de pesquisas promissoras, beneficiadas pelo saldo acumulado de informações sobre o contexto regional. Assim é que, questões relativas à colonização espontânea ou dirigida, às reservas extrativistas, à questão indígena, aos movimentos populacionais em geral - transitórios, pendulares, estruturais - e às relações de trabalho nos latifúndios e grandes propriedades produtivas, admitem e demandam novos enfoques que levem em consideração a crise das políticas regionais de desenvolvimento e as alternativas possíveis para o futuro próximo.

2 - Há que se considerar com maior atenção o potencial de estudos e pesquisas estritamente demográficos na Amazônia. No passado recente, este foi um ponto extremamente negligenciado, sobretudo em relação às chamadas componentes demográficas, como a natalidade e a mortalidade. Os estudos detiveram-se quase que exclusivamente na componente migração, talvez em função de sua magnitude e essencialidade na caracterização da expansão da fronteira agrícola. A maior parte das análises sobre a dinâmica demográfica e os padrões reprodutivos na Amazônia faziam parte de estudos generalizantes sobre as características demográficas das regiões brasileiras. Uma das tentativas de discutir e avaliar especificamente os níveis da fecundidade e da mortalidade na

Amazônia encontra-se em Sawyer e Pinheiro (1984) ⁽¹⁶⁾. No que diz respeito à natalidade, faz-se urgente o conhecimento de seus níveis e padrões nos diferentes espaços sub-regionais, na busca do entendimento do ritmo particular que a transição para níveis declinantes de fecundidade assume na Amazônia. Este é um aspecto que condensa a contribuição dos vários grupos de populações migrantes, que trouxeram para a região seus padrões históricos e culturais de comportamento reprodutivo e controle médico-sanitário da mortalidade. A síntese dos padrões demográficos de migrantes sulistas, nordestinos e de outras regiões, de origem rural ou urbana, com os costumes e valores das populações amazônicas, pode ter favorecido, nos anos 60, um ligeiro aumento dos níveis de fecundidade, época em que a população ainda encontrou terras livres e conseguiu expandir seus núcleos familiares. Mas nos anos 70 e sobretudo nos anos 80, esta situação inverteu-se aceleradamente e a desestruturação das antigas formas de fixação à terra, o fracasso da colonização e oferta de terras para os migrantes pioneiros e o êxodo urbano em condições precárias, determinou uma radical mudança no comportamento reprodutivo. A pesquisa e análise deste processo é fundamental para o delineamento das perspectivas da população amazônica e para o conhecimento de suas estratégias de reprodução social. Os resultados do Censo Demográfico de 1991, com o conjunto valioso de informações demográficas que contém, oferece excelente oportunidade para o resgate da análise das componentes da dinâmica demográfica. Pesquisas de campo e estudos especiais que estejam sendo planejadas para a Amazônia devem também levar em consideração a dimensão demográfica e, se possível, aprofundar a investigação sobre a utilização dos chamados métodos anticonceptivos, incluindo a esterilização, que é largamente praticada na região e, nem sempre, em consonância com os padrões desejáveis de saúde reprodutiva.

3 - No que toca à relação entre população e saúde, a insuficiência da oferta de serviços é patente, cabendo aos estudiosos reunir informações a nível nacional, estadual e municipal, que se prestem à avaliação quantitativa e qualitativa da capacidade instalada das redes públicas e privadas. Contudo, a investigação epidemiológica da população, que é primordial, deve orientar-se também para os riscos atuais no campo da morbidade e da mortalidade. Com efeito, embora a mortalidade geral e infantil esteja em declínio - o fenômeno é nacional e relaciona-se à medicalização e massificação de determinadas ações básicas de saúde - os efeitos da migração urbana e da periferização dos habitantes, com populações empobrecidas e sujeitas ao risco de contágio em ambientes inteiramente desprovidos de infra-estrutura sanitária, podem afetar

negativamente o quadro da morbi-mortalidade. A estrutura da mortalidade por causas na região é bi-modal, concentrando-se nas doenças da pobreza (infecto-contagiosas, diarréicas, etc.), que são preveníveis e nas doenças das camadas médias, o que por si só comprova que a transição epidemiológica está comprometida na Amazônia. Os estudos sobre mortalidade e saúde devem incorporar os resultados do Censo Demográfico de 1991 e trabalhar com as estatísticas de mortalidade por causas do Ministério da Saúde. A avaliação e ajuste dos dados do Registro Civil é uma tarefa também importante mas que exige um tempo longo para a produção de séries anuais de nascimentos e óbitos corrigidos.

4 - A oferta do conjunto restante de serviços básicos para a população (educação, saneamento, habitação, assistência e seguridade social) deve continuar merecendo especial ênfase dos pesquisadores, pois tais questões estão no cerne das condições de vida das milhões de pessoas tangidas pela modernização da Amazônia. A oferta de serviços deve ser, sempre que possível, combinada com as informações colhidas junto à própria população, seja através das pesquisas domiciliares periódicas (Censo Demográfico, PNAD e outras) seja através de inquéritos e *surveys* realizados por instituições ou pesquisadores. Esta linha de investigação, sobre a qual destacamos diversos trabalhos que a contemplam de forma integral ou parcial, representa a essência das novas questões sociais e populacionais na Amazônia. Sua trajetória deve necessariamente ligar-se à avaliação e monitoramento das políticas públicas e à proposição das tarefas precípuas do Estado - nacional e administrações locais - em uma região de desenvolvimento periférico e submetida a uma intensa e acelerada ocupação demográfica. A questão social e demográfica na Amazônia acrescenta às velhas questões - conflito fundiário, expulsão, fracasso da colonização e migração - as novas dimensões da exclusão social, face às demandas da sociedade moderna por direitos e bem estar social.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- (1) VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, DIFEL, Rio-São Paulo, 1976, pág. 193.
- (2) CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido*, José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1986.

(3) CRUZ, Oswaldo. *Sobre o Saneamento da Amazônia: Relatório Sobre as Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas*, Editora P. Daou, Manaus, 1972.

(4) Sobre o ciclo da borracha e as décadas seguintes marcadas pelo isolamento e pelo predomínio da auto-subsistência regional, até a passagem dos anos 50 para os anos 60, listamos em seguida algumas obras, a maior parte delas elaboradas nas últimas décadas desse período, mas, também, incluindo títulos mais recentes que julgamos importantes para a caracterização histórica.

- REIS, Arthur César Ferreira. *O Seringal e o Seringueiro*, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.
- COSTA, Craveiro. *A Conquista do Deserto Ocidental*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974.
- TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974.
- GUERRA, Antonio Teixeira. *Estudos Geográficos dos Territórios da Amazônia*, IBGE, Rio de Janeiro, 1953.
- LIMA, Araújo. *Amazônia, a Terra e o Homem*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1975.
- BENCHIMOL, Samuel. *O Cearense na Amazônia*, Conselho de Imigração e Colonização, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.
- TOCANTINS, Leandro. *Amazônia, Natureza, Homem e Tempo*, Editora Conquista, Rio de Janeiro, 1963.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, Editora T.A. Queiroz, São Paulo, 1980.

Este último livro constitui um minucioso trabalho de pesquisa de fontes e dados secundários, utilizando interpretações metodológicas e teórico-conceituais mais avançadas e científicas, contemporâneo que é dos grandes avanços no tratamento de informações e análises históricas, que se desenvolveram a partir dos anos 60.

(5) Alguns títulos referentes ao fenômeno migratório na Amazônia na década de 70 e início dos anos 80:

- CEDEPLAR, *Relatório Sobre Migrações Internas no Acre*, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1979.
- CEDEPLAR, *Relatório Sobre Migrações Internas na Região de Marabá*, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977.
- MOUGEOT, Luc J. A. e ARAGON, Luis E., organizadores. *O Despovoamento do Território Amazônico*, NAEA/UFPa, Belém, 1983.
- ARAGON, Luis E. e MOUGEOT, Luc J. A., *Migrações Internas na Amazônia: Contribuições teóricas e Metodológicas*, NAEA/UFPa, Belém, 1986.
- BARCELOS, Marieta e COSTA, Wania. *Geografia do Brasil. Região Norte: Populações*, IBGE, Rio de Janeiro, 1991.
- BENTES, Rosalvo Machado. *A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus*, NAEA/UFPa, Belém, 1983.
- FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ. *Migrações para Manaus, 2ª Parte, Aspectos Sócio-Demográficos*, FUNDAJ, SUFRAMA, Recife, 1988.

(6) Sobre colonização na Amazônia e os movimentos populacionais, podemos citar:

- MARTINE, George. *Ocupação Recente da Amazônia: Colonização da Amazônia*, CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1982.
- ALMEIDA, Ana Luiza Osorio de. "Seletividade Perversa na Ocupação da Amazônia", IPEA, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, V. 14, Nº 2, 1984.
- ALMEIDA, Ana Luiza Osorio de. *A Colonização Sustentável da Amazônia*, IPEA, 1992.
- HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo. *Colonização Para Quem?*, NAEA/UFPa, Belém, 1979.
- HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo. *O Estado e a Reprodução Social: Ariquemes - Rondônia*, NAEA/UFPa, Belém, 1982.

- TURCHI, Lenita. "A Colonização Dirigida no Processo de Expansão e Ocupação da Fronteira Agrícola: Rondônia", *Anais do Segundo Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, São Paulo, 1980.
 - WOOD, Charles e CARVALHO, José Alberto M. "Colonização e Expansão da Fronteira da Amazônia" in WOOD e CARVALHO *A Demografia da Desigualdade no Brasil* IPEA, Rio de Janeiro, 1994.
- (7) Sobre as relações entre os Grandes Projetos, os conflitos fundiários e os êxodos populacionais, segue-se:
- COSTA, José Marcelino Monteiro, coordenador. *Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas*, NAEA/UFPa, Belém, 1987.
 - HEBETTE, Jean e MARIN, Rosa Acevedo. "Mobilidade do Trabalho e Fronteira Amazônica: A Belém-Brasília", *Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, São Paulo, 1980.
 - MARTINE, George. "Êxodo Rural, Concentração Urbana e Fronteira Agrícola", in Martine, G. e Garcia, R., *Os Impactos da Modernização Agrícola*, Ed. Caetés, São Paulo, 1987.
 - MARTINE, George. "Os Impactos Sociais e Ambientais dos Grandes Projetos na Amazônia", in *A Desordem Ecológica na Amazônia*, UFPa/UNAMAZ, Belém, 1991.
- (8) Sobre o significado e os limites da fronteira amazônica no período considerado, segue-se:
- SAWYER, Donald R. "Fluxo e Refluxo da fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial", *Revista Brasileira de Estudos de População*, V. 1, N° 1/2, ABEP, Campinas, SP, 1984
 - SAWYER, Donald R. "A Fronteira Inacabada: Industrialização da Agricultura Brasileira e Debilitação da Fronteira Amazônica", in MORA e ARAMBURU (eds.) "*Desarrollo*

Amazônico: Uma Perspectiva Latino Americana", CIPA, Lima, Peru, 1987.

- BECKER, Bertha K. "Significância Contemporânea da Fronteira", in *Fronteiras*, UNB, Brasília, 1988.

- SILVA, José Graziano da. "A Fronteira já está fechada?", *Ensaios de Opinião*, V. 11, Rio de Janeiro, 1979.

(9) Na linha de investigação do crescimento demográfico urbano, ressaltando as situações sociais de exclusão e agravamento das condições de vida, segue-se:

- SAWYER, Donald R. "Colonização da Fronteira Agrícola no Brasil", in LAVINAS, L. *A Urbanização da Fronteira*, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

- OLIVEIRA, Luiz, A. P. *O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: Cem Anos de Andanças da População Acreana*, SEPLAN - Acre, Rio Branco, 1985.

- ABELÉM, Aurilea G. *Urbanização e Remoção: Por Que e Para Quem?*, NAEA/UFPa, Belém, 1989.

- MITSCHIEIN, Thomas, MIRANDA, Henrique e PARAENSE, Mariceli. *Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia: O Caso de Belém*, Editora CEJUP, Belém, 1989.

(10) GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Regiões e Grandes Empresas no Brasil - Um Estudo Exploratório*, CNPq, Recife, 1993.

(11) JATENE, Simão. *Interesses Regionais e Federalismo: O Caso da Região Norte*, FUNDAP/IESP, SP, 1994.

(12) Sobre as novas linhas de pesquisa que vem enfatizando o papel do Estado, a dinâmica urbano-industrial, as condições de vida e trabalho e a situação social dos grupos sócio-demográficos específicos, segue-se:

- HEBETTE, Jean (organizador). *O Cerco Está se Fechando - O Impacto do Grande Capital na Amazônia*, Ed. Vozes, Fase e

NAEA/UFPa., Rio de Janeiro, 1991.

- CASTRO, Edna, M. R. e HEBETTE, Jean. “Na Trilha dos Grandes Projetos - Modernização e Conflito na Amazônia”, *Cadernos NAEA* N° 10, NAEA/UFPa, Belém, 1989.
- CASTRO, Edna, M. R. e MARIN, Rosa Acevedo (organizadoras). *Amazônia em Tempo de Transição*, especialmente a Parte II “Industrialização, Relações de Trabalho e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira”, UFPa, Belém, 1989.
- IBASE, *Políticas de Desenvolvimento Regional na Amazônia: 20 Anos de SUDAM*, IBASE, Rio de Janeiro, 1990.
- LENA, Philippe e OLIVEIRA, Adelia (organizadores) *A Fronteira Agrícola: 20 Anos Depois*, Ed. CEJUP/Museu Emilio Goeldi, Belém, 1992.
- LOUREIRO, Violeta R. *Amazônia: Estado - Homem - Natureza*, Editora CEJUP, Belém, 1992.
- FIGUEIREDO, Adma Haman. “As Formas de Intervenção Pública na Apropriação e Uso do Espaço Amazônico”, in DGC/IBGE, *Geografia e Questão Ambiental*, IBGE, Rio de Janeiro, 1993.
- MARTINE, George. *Ciclos e Destinos da Migração para Áreas de Fronteira na Era Moderna: Uma Visão Geral*, ISPN, 1992.
- MARTINE, George e TORRES, Haroldo. *Criança. Problemática Sócio-Ambiental e Desenvolvimento na Amazônia*, ISPN, 1991.
- SPINDEL, Cheywa R. “Formação de Um Novo Proletariado: As Operárias do Distrito Industrial de Manaus”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, ABEP, São Paulo, V. 4, N° 2, 1987.
- MOURA, Edila; FERREIRA, Eleonora; MAIA, Marilucia; COSTA, Heloisa e SANTANA, José Maria. *Zona Franca de Manaus: Os Filhos da Era Eletroeletrônica*, UNAMAZ/ UFPa, Belém, 1993.

- OLIVEIRA, Luiz A.P. *Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e Exclusão Social na Amazônia: Uma Avaliação da Situação Regional e do Caso do Acre*, IBGE, Mimeo., 1992.
 - IDESP, *Revista Pará Desenvolvimento*. “A Face Social dos Grandes Projetos”, IDESP, N^{os} 20 e 21, Belém, 1986/1987.
 - COSTA, Heloisa; SANTANA, José Maria; MOURA, Edila; FERREIRA, Elionora; MAIA, Marialucia. *Políticas Públicas, Desigualdades Sociais e Crianças no Amazonas*, UNAMAZ/UFPa, Belém, 1993.
 - BECKER, Bertha. “A Amazônia Pós Eco-92: Por um Desenvolvimento Regional Responsável”, in BURSZTYN, Marcel (organizador), *Para Pensar o Desenvolvimento Responsável*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1993.
- (13) ARAMBURU, Mikel. “Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N^o 25, ANPOCS, junho de 1994.
- (14) D’ARAÚJO, Maria Celina. *Amazônia e Desenvolvimento à Luz de Políticas Governamentais: A experiência dos anos 1950*, XV Encontro da ANPOCS, 15-18, outubro de 1991, Caxambu, MG.
- (15) JATENE, Simão; BRITO, Rosyan; MOURA, Edila; SÁ, Elisa e DINIZ, Ana. *A meia vida da criança na Amazônia*, UNAMAZ/UFPa, Belém, 1993.
- (16) SAWYER, Donald R. e PINHEIRO, Silvia M. G. “A Dinâmica Demográfica das Regiões de Fronteira”, *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, São Paulo, 1984.

